



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações corporativas: A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (a "Companhia" ou "Via Varejo") atua no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis sob as bandeiras "Casas Bahia" e "Pontofrio". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos "VVAR3", "VVAR4" e "VVAR11" e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon ("Casino") como controladora final através de suas holdings. As participações societárias da Companhia em controladas e coligadas estão resumidas na nota explicativa nº 10. (a) Termo de compromisso de desempenho: A Companhia, seus acionistas CBD e Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram em 17 de abril de 2013 o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para aprovação da associação dos negócios Ponto Frio e Casas Bahia celebrada em 2010. Como principal objetivo deste TCD, a Companhia e seus acionistas tinham como obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal. Dos 74 pontos comerciais, 32 não foram alienados. Desta forma, em cumprimento do TCD, essas lojas e suas atividades encerradas entre maio e junho de 2014, com pagamento de multa de R\$12, registrado em 2014. Conforme autorização do CADE, após 6 meses fechadas, 16 lojas foram reabertas em novembro de 2014. Com relação aos 42 pontos comerciais restantes, todos foram alienados entre outubro de 2013 e janeiro 2014, mediante vendas diretas para outras empresas e leilões abertos. Tais alienações foram devidamente aprovadas pelo CADE. Em 2015, dessas 42 lojas, 19 vendas não foram concluídas por impedimentos nas negociações entre locadores e compradores, gerando para a Companhia o pagamento de multa ao CADE de R\$7 e uma provisão para baixa de imobilizado de R\$7. Das 19 lojas, 4 já foram fechadas e 15 serão fechadas nos próximos meses. A Companhia concluiu a venda e transferência de 15 lojas, gerando um ganho de R\$8, reconhecido no resultado deste exercício. A transferência das 8 lojas finais ainda está em processo de negociação. Este processo tem sido acompanhado pelo CADE, que tem fiscalizado e cumulado as obrigações de cada loja, estando a Companhia sujeita a apresentar dados e informações que a referida autarquia julgar necessárias. b) Alienação da controlada - Casa Bahia Contact Center Ltda. ("CBCCC"). Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia alienou, para terceiros, o controle de CBCCC, atualmente denominada "Atento 1 Ltda.". A consideração recebida foi de R\$20. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (c). c) Aquisição de investimentos - Marneylectro: Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu participação de 2,22% do capital total e votante de Marneylectro sediada em Luxemburgo. A Marneylectro tem como atividade manter investimento indireto de 49,96% em Cnova. Tendo em vista a relevância de Cnova para Marneylectro e para a Companhia, a participação que a Via Varejo detém em Marneylectro será nomeada como Cnova nestas demonstrações financeiras, salvo quando indicado o contrário. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (a.i). d) Cisão de subsidiária e incorporação de parcela cindida - Nova Pontocom: A Nova Pontocom, subsidiária da Companhia e sociedade por quotas, foi criada em 2014 para representar o negócio que tinha como objeto social detém o controle das operações de comércio eletrônico da CBD no Brasil no ano inteiro. No dia 22 de dezembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da parcela cindida de Nova Pontocom por seus acionistas, sendo CBD e Via Varejo, com 53,2% e 43,9% de participação, respectivamente. Isso faz parte de uma estratégia organizacional para otimização da estrutura societária de CBD e absorção dos benefícios econômicos e fiscais de Nova Pontocom. O detalhamento do acervo líquido incorporado e maiores informações estão descritas na nota explicativa nº 10 (a.iv). e) Investição Cnova: Conforme divulgado ao mercado pela coligada Cnova N.V., em 18 de dezembro de 2015, foi instaurada uma investigação conduzida por escritórios de advocacia sobre as práticas de empregados na gestão dos estoques. Durante o curso dos trabalhos, outros temas foram trazidos a investigação relacionados a assuntos contábeis, divulgados ao mercado em 12 de janeiro de 2016. Os efeitos fiscais dos ajustes identificados na Cnova N.V. totalizaram R\$176 e são relacionados em detalhes na nota explicativa nº 10 (a.v). f) Mudanças nas demonstrações financeiras da Companhia são calculadas na proporção de sua participação indireta na Cnova N.V., totalizando R\$39 registrados na rubrica de equivalência patrimonial. A Companhia, conforme informações prestadas pelo controlador CBD e sua coligada Cnova N.V., considerou todas as informações disponíveis e não acredita que novas informações oriundas da investigação poderão impactar ou mudar de forma relevante os ajustes registrados nestas demonstrações financeiras.

2. Práticas contábeis significativas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real Líquido como metodologia de apresentação, o que significa que a Companhia não reconhece os resultados baseados no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016. **Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 31 de dezembro de 2015. Estas novas revisões e interpretações às IFRS não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 2015, a Companhia aplicou as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2010-2012 e 2011-2013, emitidas pelo IASB, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de julho de 2014. A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O IASB publicou alterações na IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements* para incluir o método de equivalência patrimonial como uma opção contábil para reconhecer os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras individuais. Para as IFRS, esta alteração é válida para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Em dezembro de 2014, o CPC alterou e a CVM aprovou, os pronunciamentos técnicos CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 35 - Demonstrações Separadas e CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, incorporando estas alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Como o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais já era adotado no Brasil, essa alteração não produziu efeito nas demonstrações financeiras, eliminando a diferença entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e as IFRS para a preparação das demonstrações financeiras individuais. Pronunciamentos e interpretações revisados, emitidos e ainda não adotados: A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Pronunciamento e impactos

Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgações
Melhorias no que tange a aplicação do conceito de materialidade na prática.
Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2012-2014
Mudanças às IFRS - Situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes
Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introdz, também, novas divulgações.
IFRS 16 - Arrendamento mercantil
Revisões e melhorias dos arranjos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arranjos mercantis financeiros. No dia 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arranjos mercantis operacionais. As operações da Companhia consistem substancialmente na utilização de imóveis arrendados de terceiros como suas unidades de negócios. Dessa forma, a Companhia estima que a adoção desta norma trará impactos relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e está avaliando estes impactos.

Controladas e base de consolidação: Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, o controle sobre suas operações. O controle é (i) pelo poder decisório que a Companhia exerce sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconexão. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. As controladas estão descritas na nota explicativa nº 10. **Coligadas e investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais:** Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não controladas. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio e a mais-valia apurados na aquisição ou na perda de controle de uma controlada. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detém investimentos nas coligadas descritas na nota explicativa nº 10. **Combinação de negócios:** Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado líquido. O custo da aquisição é baseado nos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição. **Ajuste a valor presente ("AVP") para os recebíveis de cartão de crédito:** Até 2014, a Companhia registrava o AVP sobre os recebíveis de cartão de crédito parcelado, mesmo considerando que os recebíveis não eram de longo prazo e os efeitos não relevantes de curto prazo. A reversão do ajuste constituído ocorria na receita líquida de vendas e serviços, uma vez que o financiamento a clientes faz parte de suas atividades operacionais. Em 2015, a prática de AVP não foi reconhecida à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros nas demonstrações financeiras e irrelevância das informações para compreensão das operações da Companhia. Estes saldos, em 31 de dezembro de 2014, eram de R\$6. **Reconhecimento de receita:** A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Barilla e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações de Via Varejo e, consequentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidas quando da sua efetiva ocorrência. As receitas derivadas da operação da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. É prática da Companhia não aceitar devoluções involuntadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes. Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados. O custo da atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a conclusão do negócio da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros. **Tributação: Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária. Os investimentos em imóveis são avaliados pelo método de custo. **Distribuição de Mercado:** A Companhia oferece serviços e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente. Ambas as receitas e, adicionalmente, as receitas auferidas por meio de operações financeiras, estão sujeitas a contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). **Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados a um ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos

quando direitos ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigação de terceiros ativos de terceiros ativos a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém as seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- **Empréstimos e recebíveis:** Contas a receber, Partes relacionadas e Empréstimos e financiamentos.
- **Instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado:** Empréstimos em moeda estrangeira e derivativo. A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas de que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Para estimar a eventual perda, a Companhia considera o histórico de perdas, as informações estatísticas históricas, o *aging* dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional dos valores a receber, levando em consideração fatores macroeconômicos e de mercado. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração de resultado do exercício. A Companhia possui um convênio junto a instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e instrumentos financeiros. Essa possibilidade é oferecida aos fornecedores antes das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluídas que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecido comercialmente e está única e exclusivamente na descrição do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia. Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e os custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram objeto de ajuste do custo do produto adquirido. Estes montantes foram registrados na rubrica "Fornecedores convênio" e estão descritas na nota explicativa nº 4 (i). **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com o método de avaliação em moedas estrangeiras para definir o valor recuperável através das estimativas de perda por furto, suqueamento, furto, furto de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário. As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado a medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido. **Redução ao valor recuperável (*impairment*):** Os ativos devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o custo histórico de aquisição e o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa estimados são descontados para o seu valor presente utilizando um teste de de balanço. Diferença entre o valor recuperável e o custo de venda, os riscos específicos dos ativos sendo testados, se aplicável. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Para os ativos de vida útil indefinida, o teste de *impairment* é realizado anualmente. Para os ativos de vida útil definida, a Companhia anualmente avalia a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores maiores que seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras. As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. Ativos circulantes mantidos para venda: Ativos são classificados como mantidos para venda se altamente provável que a Companhia irá aliená-los dentro de um ano da data de sua classificação e desde que estejam em condições de venda. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido das despesas de venda. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia apresenta como ativos disponíveis para venda os ativos não financeiros avaliados ao cumprimento do TCD estabelecido com o CADE, conforme descrito na nota explicativa nº 1 (a). **Imobilizado:** O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, exceto os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação, ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado líquido quando os custos de manutenção e ajustes de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Edifícios	40
Benefícios em imóveis de terceiros	19
Móveis e utensílios	14
Equipamentos de informática	5
Instalações	13
Ferros	11
Veículos e equipamentos	13

Intangível: Compreendem basicamente os ativos intangíveis da Companhia, o ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos adquiridos para exploração de venda de garantia estendida. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, numa combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis na entidade são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável. Os ativos intangíveis são incluídos no balanço patrimonial quando os custos de aquisição são menores que os gastos com desenvolvimento atendam aos critérios mínimos de reconhecimento, como, por exemplo, os gastos que a Companhia tem com desenvolvimento de *software*. Nesse caso, atendido aos critérios mínimos, o reconhecimento é feito no grupo de intangíveis no balanço patrimonial. Anualmente, ou sempre que novas circunstâncias trouxerem dúvidas sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação. Em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil estimada das classes de ativo intangível. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
Fundo de comércio	5
Contratos contratuais	6
Contratos comerciais	7
<i>Software</i> e equipamentos (i)	9
Contratos vantajosos	9

(i) A vida útil média ponderada dos itens componentes desta rubrica é composta, essencialmente, por contratos de arrendamento de *software* para servidores, com vida útil entre 7,5 e 9,5 anos, e por *softwares* customizados para uso exclusivo da Companhia em suas operações, com vida útil de 10 anos. **Arrendamento mercantil:** A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos. Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes. Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financiamentos quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operações. Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil-econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela flutuação do prazo. Pagamentos de arrendamentos mercantis de natureza operacional são reconhecidos no balanço patrimonial como despesas de arrendamento mercantil operacional são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual. **Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando o julgamento em definitivo das causas. **Receitas diferidas:** As receitas diferidas decorrentes da entrega de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que os serviços são prestados. Os valores recebidos são capitalizados pelo seu valor líquido. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. **Pagamento baseado em ações:** Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações"). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia avalia a quantidade que instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que não foram emitidos pela Companhia, são capitalizados pelo seu valor de exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. **Lucro por ação:** A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro diluído, e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e o número médio ponderado de ações em tesouraria. **Dividendo:** A distribuição de dividendos para os

* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro. Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro do Conselho de Administração. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados. Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de intervenção com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos. As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme as estimativas e premissas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, e os saldos dessa estimativa foram apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber. Gerenciamento de capital: O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Consolidado		31/12/2015		31/12/2014	
		Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	5.580	5.580	4.448	4.448	
Empréstimos e financiamentos	(3.259)	(785)	(3.706)	(630)	
Forneceadores convênio (i)	(1.055)	(1.055)	-	-	

(i) Fornecedores convênio trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores cujos vencimentos foram postergados durante o exercício de 2015. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 108,4% do CDI. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Forneceador". Mensurações do valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 seus fluxos de caixa descontados a valor presente não diferem relevantemente do seu respectivo valor contábil.

Controladora e Consolidado		Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis	
	31/12/2015	31/12/2014	
Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado			
Empréstimos em moeda estrangeira	(719)	-	Nível 2
Contratos de swap	135	-	Nível 2

Taxa média ponderada		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Caixa e contas bancárias		89	187	90	188
Aplicações financeiras compromissadas CDI ao ano	100,51%	5.450	4.221	5.483	4.251
Aplicações financeiras automáticas (i)	10,63%	7	9	7	9
		5.546	4.417	5.580	4.448

(i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber:

Controladora e Consolidado		31/12/2015		31/12/2014	
		Ativo Passivo	Consolidado	Ativo Passivo	Consolidado
Administradoras de cartões de crédito		46	29		
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)		1.987	2.381		
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(253)	(235)		
Outras contas a receber de clientes		233	268		
		2.013	2.443		
Circulante		1.915	2.338		
Não circulante		98	105		

(i) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses; entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 13). Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

Controladora e Consolidado		31/12/2015		31/12/2014	
		Ativo Passivo	Consolidado	Ativo Passivo	Consolidado
Saldo no início do exercício		(235)	(215)		
Perda estimada registrada no exercício		(552)	(466)		
Baixas de contas a receber		534	446		
Saldo no fim do exercício		(253)	(235)		
Circulante		(240)	(225)		
Não circulante		(13)	(10)		

9. Partes relacionadas:

Controladora		Ativo Passivo		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Controlador:									
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (d), (f)	149	304	152	305	35	44	35	41	
Controladas:									
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (b), (d)	9	(14)	-	-	(626)	(663)	-	-	
Globex Administração e Serviços Ltda. (b), (d)	-	(50)	-	-	(5)	(8)	-	-	
VVLog Logística Ltda. (antiga Pontocred Neg. de Varejo Ltda.) (b)	18	10	-	-	(7)	(1)	-	-	
Centro Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	-	-	-	-	(2)	-	-	
Coligadas:									
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	10	8	10	8	(32)	(24)	(32)	(24)	
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (b)	-	73	-	75	10	10	10	12	
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (d)	35	13	38	13	73	31	77	32	
Outras:									
Casa Bahia Comercial Ltda. (f)	256	232	292	237	(284)	(259)	(289)	(264)	
Viaw Consultoria Ltda. (g)	-	-	-	-	(3)	(3)	-	-	
Novasoc Comercial Ltda. (b)	-	13	-	13	1	3	1	3	
Atento Brasil 1 (antiga Casa Bahia Contact Center Ltda.) (e)	-	-	-	-	(49)	(49)	-	-	
	477	589	492	651	(835)	(929)	(198)	(203)	
Ativo - partes relacionadas:									
Circulante	261	340	179	330					
Não circulante	376	390	408	391					
Passivo - partes relacionadas:									
Circulante	(160)	(91)	(95)	(70)					
Não circulante	-	(50)	-	-					

Em 31 de dezembro de 2015, não houve a necessidade de constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas, exceto pelo saldo descrito no item (f) abaixo. As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais: a) Operações com a FIC de crédito, financiamento e investimento; b) Operações com correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (Despesa)" no quadro anteriormente apresentado e classificado na linha de receita de serviços nas demonstrações de resultado da Companhia. Adicionalmente, a FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$4 (R\$7 em 31 de dezembro de 2014). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" demonstrada na nota explicativa nº 6, em "Administradoras de cartões de crédito". A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$32 (R\$32 em 31 de dezembro de 2014) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito. b) Contratos de mútuos com a controladora, controladas e coligadas: Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias de juros.

Percentual do CDI		31/12/2015		31/12/2014	
Companhia Brasileira de Distribuição	109,3%	109,3%			
Novasoc Comercial Ltda.	109,3%	109,3%			
Globex Administração e Serviços Ltda.	103,7%	103,7%			
VVLog Logística Ltda.	105,0%	105,0%			
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	105,0%	105,0%			
Nova Pontocom	105,0%	105,0%			

Em 2015, os mútuos ativos foram integralmente liquidados por Novasoc Comercial Ltda. e pela controladora CBD nos montantes de R\$15 e R\$68, respectivamente. Os mútuos ativos da Nova Pontocom, no montante de R\$78, foram liquidados concomitante à incorporação, conforme nota explicativa nº 10 (a,iv). A Companhia liquidou mútuos passivos com a controlada GAS no montante de R\$53. c) Operações com a controladora CBD: A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel e avalia em um contrato de prestação de serviço, além do reembolso de despesas com pessoal, operação de mútuos e aluguel. d) Operações de aluguel, prestação de serviço, compras e vendas de mercadorias: A Companhia realizou operações de aluguel e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova, em condições acordadas entre as partes. A Companhia também efetuou operações de compras e vendas de mercadorias com a Bartira, realiza a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD e Cnova e compartilha suas Centrais de Distribuição com CBD e Cnova. e) Operações de prestação de serviço com Atento 1 Ltda.: A Atento 1 Ltda. (anteriormente Casa Bahia Contact Center Ltda. - CBCC) presta serviços de teleatendimento para a Via Varejo e Cnova, sendo a despesa de Via Varejo eliminada na apresentação da informação contábil consolidada até a data da transferência do controle em 30 de dezembro de 2014. f) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB: A Companhia possui valores a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, CBD e CB, que garante à Via Varejo o direito de indenização por CBD e CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010, que eram de responsabilidade dos artigos controladores das operações adquiridas. O saldo da rubrica "Contas a receber" é liquidado pelas partes periodicamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas e contingências. A Companhia, em conjunto com CB, revisou determinados itens e concluiu que não havia elementos suficientes para requerer indenização por CB, portanto reverteu R\$32 do contas a receber para o resultado do exercício. A Companhia avalia ainda outros documentos, e devido à incerteza na possibilidade de requerer indenização, constituiu uma provisão para perdas no montante de R\$5. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguel de 315 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB, g) Serviços de consultoria: A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. O saldo da empresa contratada é, mediante do Conselho de Administração da Companhia. h) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

Benefícios de curto prazo		Remuneração baseada em ações		Total
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	
Diretoria	23	4	27	
Conselho de Administração	1	1	2	
Conselho Fiscal	1	1	2	
	25	6	29	
Benefícios de curto prazo		Remuneração baseada em ações		Total
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	
Diretoria	39	4	43	
Conselho de Administração	2	1	3	
Conselho Fiscal	2	1	3	
	43	6	49	

10. Investimentos: Participações societárias: A Companhia mantém investimentos diretos e indiretos em empresas controladas e coligadas. As participações societárias da Companhia nestas empresas são listadas na tabela a seguir:

Participação nos investimentos		31/12/2015		31/12/2014	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Investimentos					
Via Varejo					
Participação indireta					
Participação indireta					
Controladas:					
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	100,00%	-	99,99%	0,01%	
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (antiga Pontocred Negócios de Varejo Ltda.)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,95%	0,05%	
Coligadas:					
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	-	-	43,90%	(*)	
Cnova N.V. ("Cnova")	-	-	21,93%		
Marneylectro S.A.R.L. ("Marneylectro")	43,90%	-	2,22%		
Marneylectro B.V.	-	-	43,98%		
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	-	14,24%		
Banco Investid Unibanco S.A. ("BINV")	-	-	50,00%		
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	-	14,24%		
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	-	21,93%		
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	-	21,97%		
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	-	-	21,93%		
Cnova Finança B.V.	-	-	21,93%		
Cdiscount Group S.A.S.	-	-	21,93%		
(*) Valor calculado considerando ações em tesouraria. Desconsiderando-as, a participação seria de 43,95%.					

Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	Aging das contas a receber - Controladora e Consolidado				
	Total	A vencer ≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2015	2.266	2.040	102	45	32
31 de dezembro de 2014	2.678	2.446	115	45	31

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lojas	1.400	1.419	1.400	1.419
Centros de distribuição	1.152	1.540	1.191	1.583
Almoxarifado	18	14	19	14
Estimativa de perda ao valor realizável líquido	(30)	(32)	(32)	(32)
	2.540	2.941	2.578	2.984

Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido:

Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(32)	(16)	(32)
Adições	(60)	(68)	(68)
Perdas realizadas	62	52	62
Saldo no fim do exercício	(30)	(32)	(32)

Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
ICMS a recuperar (i)	1.944	1.567	1.944
INSS a recuperar	64	57	64
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	7	19	9
Outros	46	26	51
	2.061	1.669	2.078
Circulante	280	477	296
Não circulante	1.781	1.192	1.782

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:
Em 31 de dezembro de 2015
2016 228 230
2017 367 367
2018 389 389
2019 404 404
2020 394 394
2021 em diante 169 169
1.951 1.953

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Regerida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido. Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação. O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração. Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia vem realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de Regime Especial e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entendeu ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Em 2014, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos de ICMS não utilizados por empresas associadas no montante de R\$302, cujos elementos que sustentam o registro e sua utilização foram obtidos durante o quarto trimestre de 2014, reconhecido como redutor de "Custo de mercadoria e serviços vendidos" no resultado do exercício. A partir de agosto de 2015, após o deferimento de Regime Especial no Estado de São Paulo, a Companhia passou a atuar como substituto tributário. Com este regime a Companhia deixa de acumular créditos de ressarcimento e passa a consumi-los com os débitos da apuração.

Controladora		Ativo Passivo		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Controlador:									
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (d), (f)	149	304	152	305	35	44	35		

* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhões de reais - R\$, salvo quando de outra forma indicado)

ativos ou grupos de ativos ou UGC tem valor recuperável menor que o saldo contábil. As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ativo que não pode ser revertido em períodos futuros. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes:

	Em 5 anos	2015	2014
Crescimento de vendas líquidas	6,2%	6,5%	
Margem EBITDA (*)	6,6%	14,8%	
Taxa de desconto	12,5%	11,4%	

(*) Certas despesas da Companhia não são alocadas nas demonstrações de resultado das UGCs e, portanto, diferem do EBITDA da Companhia. Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável. c) Juros capitalizados: O valor dos juros capitalizados consolidados de Imobilizável e Intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$5 (R\$4 em 31 de dezembro de 2014). A taxa adotada para apuração dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 69,13% do CDI ao ano (104,40% do CDI ao ano em 31 de dezembro de 2014), correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas. 12. Intangível:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2014
Fundo de comércio (b)	73	(66)	7	74	(63)	11
Direitos contratuais	186	(39)	147	186	(8)	178
Software e licenças	228	(90)	138	144	(74)	70
Arrendamento mercantil financeiro - Software	487	(195)	292	404	(145)	259
	113	(32)	81	112	(21)	91
	600	(227)	373	516	(166)	350

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2014	Adições	Amortização
Fundo de comércio	13	4	(6)	11		
Direitos contratuais	-	186	(8)	178		
Software e licenças	40	42	(12)	70		
	53	232	(26)	259		
Arrendamento mercantil financeiro - Software	77	26	(12)	91		
	130	258	(38)	350		

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Fundo de comércio	11	1	-	(5)	7	
Direitos contratuais	178	-	-	(31)	147	
Software e licenças	70	85	(1)	(16)	138	
	259	86	(1)	(52)	292	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	91	1	-	(11)	81	
	350	87	(1)	(63)	373	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Desconsolidação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Desconsolidação
Ágio (a)	627	23	-	627		
Fundo de comércio (b)	73	(66)	7	74	(63)	11
Marcas e patentes (c)	46	-	46	-	-	46
Direitos contratuais (d)	186	(39)	147	186	(8)	178
Software e licenças (e)	231	(91)	140	146	(75)	71
Contrato vantajoso (e)	36	(4)	32	36	(2)	34
	1.199	(200)	999	1.115	(148)	967
Arrendamento mercantil financeiro - Software	77	26	(12)	91		
	818	282	(41)	(1)	1.058	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.312	(232)	1.080	1.227	(169)	1.058

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.058	88	(1)	(65)	801	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.058	88	(1)	(65)	801	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.058	88	(1)	(65)	801	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.058	88	(1)	(65)	801	

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2015	Adições
Ágio (a)	627	-	-	-	627	
Fundo de comércio (b)	13	1	-	(5)	7	
Marcas e patentes (c)	46	-	-	-	46	
Direitos contratuais (d)	186	86	(1)	(16)	147	
Software e licenças (e)	231	85	(1)	(16)	138	
Contrato vantajoso (e)	36	86	(1)	(52)	292	
	967	1	-	(11)	81	
Arrendamento mercantil financeiro - Software	1.058	88	(1)	(65)	801	

a) Ágio: A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Barreira em 2013, no montante de R\$627. b) Fundo de comércio: Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC. c) Marcas e patentes: Em consequência da combinação de negócios da Barreira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46, com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida. d) Direitos contratuais: Refere-se a direitos contratuais adquiridos em conexão com o novo contrato de intermediação de seguro e garantia estendida, no qual a Companhia adquiriu e cedeu por tempo determinado os direitos de exploração da comercialização de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. Vide nota explicativa nº 18 (i). e) Contrato vantajoso - Barreira: O imóvel utilizado por Barreira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo CB como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado. f) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível: Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,5% antes dos impostos sobre a renda. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. Para ágio por aquisição de controladas (Barreira), para a determinação de seu valor recuperável, o seu valor foi devidamente alocado ao segmento que ele pertence (Eletrô). A aquisição de Barreira foi estratégica e realizada com o objetivo de garantir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de impairment para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros da Via Varejo. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém um valor de ágio gerado na aquisição da Barreira, realizada em 2013. Para a determinação do valor recuperável, três principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2016-2018, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento dos resultados projetados de 6,2% ao ano após o terceiro ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo de capital da Companhia de 12,5% ao ano. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo. Para os demais ativos reconhecidos ao valor justo na data de aquisição (contrato vantajoso, marca Barreira, etc.), a Companhia mensurou o valor recuperável do conjunto desses ativos e o comparou com os valores contábeis. Não houve necessidade de ajustes dos valores contábeis ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures	-	-	-	-
Debêntures, líquidas de custo de captação (a)	-	620	-	620
Empréstimos e financiamentos	2.474	2.876	2.474	2.876
CDCI (b)	94	107	94	107
IBM, líquido de custo de captação	107	96	107	96
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-
BNDES	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de swap (c)	584	-	584	-
	3.259	3.079	3.259	3.086
	3.259	3.099	3.259	3.706
	2.679	3.402	2.679	3.409
	580	297	580	297

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
3ª emissão da 1ª série - Via Varejo - sem preferência	400.000	40.000
3ª emissão da 2ª série NCB - sem preferência	200.000	20.000

b) CDCI: As operações de financiamento ao consumidor por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 6 (i)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 15,57% a.a. (12,50% a.a. em 31 de dezembro de 2014). c) Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de swap: A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira no exercício com valor principal em dólares norte-americanos. A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, e juros variáveis quando aplicáveis, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). As operações de swap são contratadas com a mesma contraparte e moeda dos empréstimos correspondentes. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal. Mais informações sobre estes contratos foram incluídas na nota explicativa nº 4.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.946	3.963	3.946	3.963
Captações (i)	5.050	5.050	5.050	5.050
Provisão para juros (i)	414	415	414	415
Swap	(1)	(1)	(1)	(1)
Varição cambial	2	2	2	2
Amortizações (ii)	(5.311)	(5.320)	(5.311)	(5.320)
Amortizações de arrendamento	(26)	(26)	(26)	(26)
Pagamento de juros (i)	(366)	(368)	(366)	(368)
Pagamento de juros de arrendamento	(9)	(9)	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.699	3.706	3.699	3.706
Captações (i)	4.637	4.637	4.637	4.637
Provisão para juros (i)	379	380	379	380
Swap	(112)	(112)	(112)	(112)
Varição cambial	155	155	155	155
Amortizações (ii)	(5.081)	(5.088)	(5.081)	(5.088)
Amortizações de arrendamento	(10)	(10)	(10)	(10)
Pagamento de juros de swap	(14)	(14)	(14)	(14)
Pagamento de juros (i)	(383)	(384)	(383)	(384)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.259	3.259	3.259	3.259

(i) Em 2015, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.067 de captações, R\$4.471 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$315 de provisão de juros (R\$5.024, R\$5.038, R\$277 e R\$300, respectivamente, em 2014).

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2017	459	459
2018	43	43
2019	31	31
2020	16	16
2021	15	15
2022	17	17
Subtotal	581	581
Custo de captação	(1)	(1)
Total	(580)	(580)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PIS e COFINS a pagar	370	324	371	326
ICMS a pagar	98	99	100	102
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	33	2	33
Outros	15	42	16	42
	483	498	489	503

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes da tributação	67	1.417	67	1.412
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(23)	(482)	(23)	(480)
Equivalência patrimonial	(50)	(2)	(66)	1
Re				

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015** (Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(431)	(452)	(429)	(453)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(363)	(446)	(363)	(446)
Atualizações passivas	(117)	(105)	(118)	(106)
Outras despesas financeiras	(52)	(39)	(52)	(31)
Total de despesas financeiras	(963)	(1.042)	(962)	(1.036)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	103	202	105	205
Atualizações ativas	203	96	197	94
Antecipação a fornecedores	27	41	28	41
Outras receitas financeiras	4	17	5	17
Total de receitas financeiras	337	356	335	357
Resultado financeiro, líquido	(626)	(686)	(627)	(679)

24. Lucro por ação: O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado. Para o lucro diluído, ações em potencial também são consideradas, como por exemplo, as opções de ações. Se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Dividendos propostos	—	—	—	113	110	223
Lucro básico alocado e não distribuído	2	1	3	363	352	715
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferenciais	2	1	3	476	462	938
Denominador básico (em milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	655.829	634.936	1.290.765	655.825	634.926	1.290.751
Lucro básico por ação (em R\$)	0,00221	0,00221	—	0,72671	0,72671	—
Denominador diluído (em milhares de ações)						
Opções de compra de ações	958	1.916	2.874	493	987	1.480
Média ponderada das quantidades de ações	655.829	634.936	1.290.765	655.825	634.926	1.290.751
Média ponderada diluída das ações	656.787	636.852	1.293.639	656.318	635.913	1.292.231
Lucro diluído por ação (em R\$)	0,00221	0,00221	—	0,72526	0,72652	—

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as opções de ações séries A1 e A2 (Programa 2014) e série A3 (Programa 2015), ambas descritas na nota explicativa nº 19 (e), não tiveram seus efeitos dilutivos considerados no cálculo do lucro diluído por ação. Seus preços de exercício estão superiores aos preços da unit praticados no mercado e, portanto, não representam potencial de diluição.

25. Cobertura de seguro: A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio e que acarretar em prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o

imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralisação das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados. A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2015 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	8.859
Lucro	Lucros cessantes	1.551
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	1.298

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPÉ"). A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$335. **26. Informações sobre os segmentos:** A Companhia está organizada e desenvolve suas atividades com apenas um segmento operacional definido como lojas físicas, que contempla as operações das bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia, bem como Bartira. **27. Eventos subsequentes:** Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários quanto a certos lançamentos contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013. A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da reavaliação do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira. A Companhia considera apresentar recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Iabrudi
Presidente

Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser
Vice-Presidente

Alberto Ribeiro Guth
Christophe José Hidalgo
Libano Miranda Barroso
Michael Klein

Renato Carvalho do Nascimento
Roberto Fulcherberger
Hervé Daudin

CONSELHO FISCAL

Vanessa Claro Lopes
Presidente

Fernando Dal-Ri Murcia

Marcel Cecchi Vieira

DIRETORIA

Peter Paul Lorenzo Estermann
Diretor Presidente

Felipe Coragem Negrão
Diretor Vice-Presidente Financeiro Interino
Diretor Executivo de Serviços Financeiros

Marcelo Rizzi de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
e Planejamento Estratégico

Alexandre Gonçalves
Diretor de Contabilidade

Carlos Eduardo Fornereto
Contador - CRC nº 1 SP 266728/O-8

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, autorizando a conclusão nesta data.

Peter Paul Lorenzo Estermann
Diretor Presidente

São Caetano do Sul (SP), 23 de fevereiro de 2016

Felipe Coragem Negrão
Diretor Vice-Presidente Financeiro Interino
Diretor Executivo de Serviços Financeiros

Marcelo Rizzi de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
e Planejamento Estratégico

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, autorizando a conclusão nesta data.

Peter Paul Lorenzo Estermann
Diretor Presidente

São Caetano do Sul (SP), 23 de fevereiro de 2016

Felipe Coragem Negrão
Diretor Vice-Presidente Financeiro Interino
Diretor Executivo de Serviços Financeiros

Marcelo Rizzi de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores
e Planejamento Estratégico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Via Varejo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - datado de 23 de fevereiro de 2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vanessa Claro Lopes
Presidente

São Caetano do Sul (SP), 23 de fevereiro de 2016

Fernando Dal-Ri Murcia

Marcel Cecchi Vieira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Via Varejo S.A.**
São Caetano do Sul - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Via Varejo S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a

avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Via Varejo S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/O-7